



sala preta  
ppgac

DOI:10.11606/issn.2238-3867.v18i1p152-167

Mediação

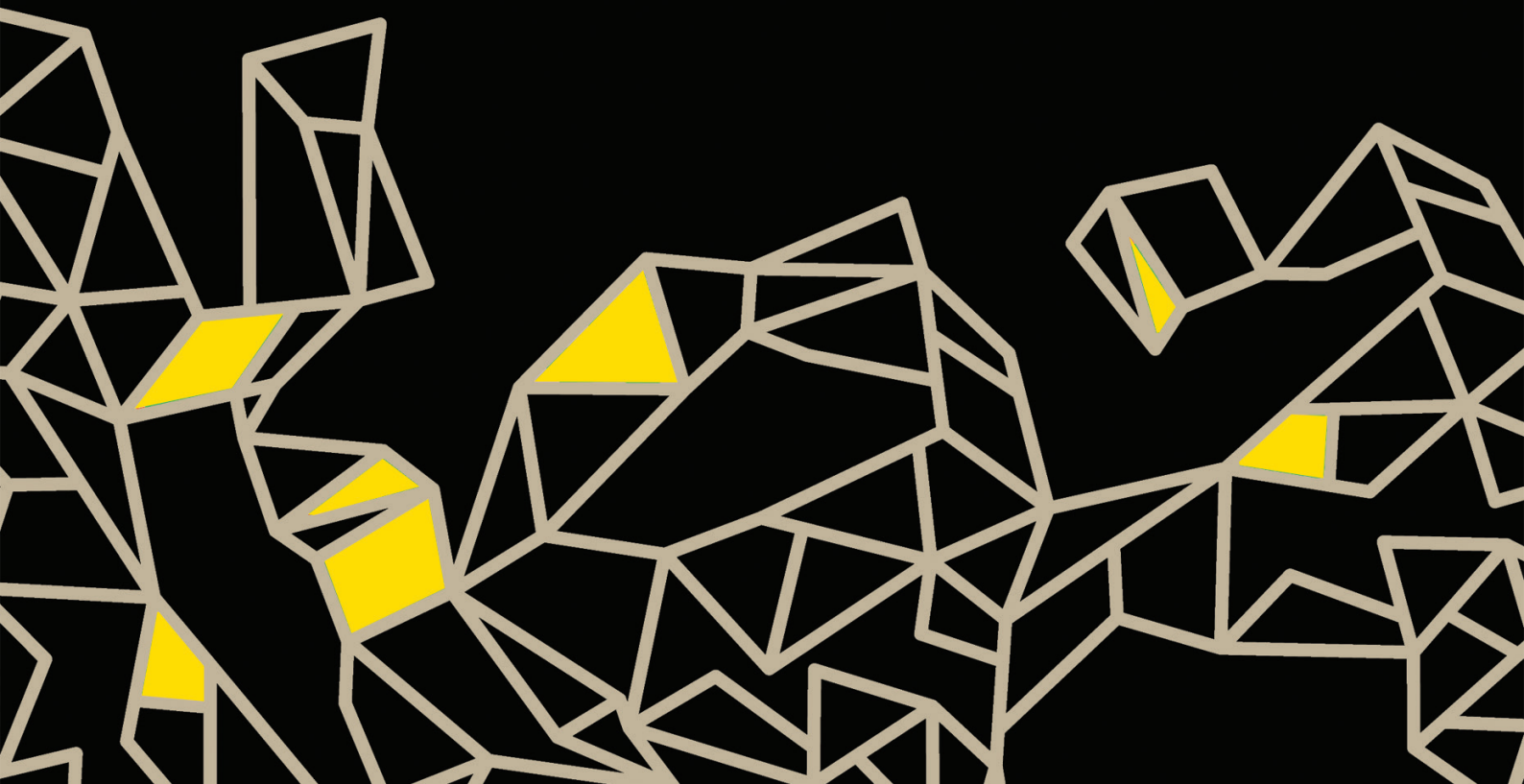
# A emergência dos ativismos das dissidências sexuais e de gêneros no Brasil da atualidade

*The emergence of activisms for  
sexual and gender dissidences  
in Brazil nowadays*

**Leandro Colling**

**Leandro Colling**

Professor permanente do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação  
em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA)



## Resumo

Este texto aponta as condições de emergência, nos últimos dez anos, de dezenas de artistas ativistas das dissidências sexuais e de gêneros no Brasil. O trabalho também destaca como essas produções estão sintonizadas com as novas políticas sexuais e de gênero que se afastam de paradigmas rigidamente identitários, normalmente mais utilizados pelos movimentos LGBT.

**Palavras-chave:** Ativismo, *Queer*, Gêneros, Sexualidades.

## Abstract

This text points to the conditions of emergence – in the last decade – of many artists-activists for sexual and gender dissidences in Brazil. It also highlights how this kind of production is in tune with the new sexual and gender politics, which are distant from rigidly identity paradigms commonly used by LGBT movements.

**Keywords:** Activism, *Queer*, Genders, Sexualities.

No texto *Quatro dicas preliminares para transar a genealogia do queer no Brasil* (COLLING, 2015b), apresentei algumas ideias para auxiliar o trabalho de quem deseja encontrar algumas expressões do *queer* em nosso país antes daquilo que veio a ser nomeado, apenas em 1990, como “teoria *queer*”<sup>1</sup>. Naquele curto ensaio, defendi que nas artes e também em alguns trabalhos acadêmicos, especialmente os influenciados pelas obras de Foucault e Deleuze, encontramos produções que poderíamos nomear como, pelo menos, sintonizadas com o que hoje chamamos genericamente de perspectivas *queer*.

Na tentativa de continuar essas reflexões, proponho neste texto duas coisas entrelaçadas: retomar o método genealógico de Foucault e com ele

1 Os estudos *queer* produzem reflexões diferenciadas sobre sexualidades e gêneros em relação aos chamados estudos gays e lésbicos, e também em relação a determinados feminismos que explicam, de uma forma ou de outra, as sexualidades e os gêneros dentro de uma perspectiva binária, normalizadora, normatizadora ou até naturalizadora. Para saber mais sobre os estudos *queer*, ler Butler (2003) e Colling (2015c).



fazer um esforço inicial<sup>2</sup> para tentar entender a emergência de tantos artistas ativistas (artistas) do Brasil que, nos últimos dez anos, surgiram na cena político-cultural com variadas produções potentes, criativas e provocadoras, com fortíssimo apelo das dissidências sexuais e de gêneros<sup>3</sup>. Em termos foucaultianos, quais as condições de emergência desse *boom* artista das dissidências sexuais e de gênero no Brasil da atualidade? Como explicar que em poucos anos tenhamos tantas coisas sensacionais acontecendo nas artes e em suas interfaces com gêneros e sexualidades?

Em primeiro lugar, caso queiramos responder a essas perguntas com a ajuda da genealogia foucaultiana, devemos destacar que não conseguiremos dar conta de uma origem desse *boom* artista dissidente no Brasil. A genealogia, explica o autor, “se opõe à pesquisa da ‘origem’” (FOUCAULT, 1993, p. 12). Foucault conta como Nietzsche o ensinou a fazer genealogias e destaca que a pesquisa que pretende descobrir uma origem, via de regra, comete três equívocos: “primeiramente, a pesquisa, nesse sentido, se esforça para recolher nela [a origem] a essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente recolhida em si mesma” e, além disso, via origem, “gosta-se de acreditar que as coisas em seu início se encontravam

---

2 Sublinho que se tratam de algumas das primeiras reflexões da pesquisa intitulada *Outras políticas para o respeito às diferenças sexuais e de gêneros no Brasil hoje*, que começou a ser realizada, sob minha coordenação, em meados de 2016, por integrantes do grupo de pesquisa Cultura e Sexualidade (CUS). A partir de 2017, a pesquisa passou a ser financiada pelo CNPq.

3 Boa parte do movimento LGBT e os estudos gays e lésbicos utilizam o conceito de diversidade sexual e de gênero. Usamos aqui a expressão dissidências no sentido pensado pelo artista e ativista chileno Felipe Rivas San Martín: “de início usamos a palavra ‘diversidade’ quase como continuação do Comitê de Esquerda pela Diversidade Sexual, que foi o antecedente do CUDS. O discurso da dissidência sexual começa a aparecer em 2005 também porque coincide com o fato do tema da diversidade sexual, nesse momento, começar a se tornar muito institucional, quando o termo ‘diversidade’ parece ser demasiado normalizado, muito próximo do discurso da tolerância, demasiado multicultural e neoliberal. Por outro lado, tampouco nos interessava uma nomenclatura *queer* diretamente, pois estávamos muito preocupados com essas hierarquias norte-sul, na circulação de saberes e pensando muito fortemente no local, na genealogia local das sexualidades críticas. O conceito de dissidência sexual nos retira dessa lógica multiculturalista inócua, neste momento já muito perto do discurso do Estado, e também não é simplesmente uma repetição de um discurso norte-americano do *queer*, de um discurso metropolitano hegemônico. Ao mesmo tempo, dissidência é pós-identitário porque não fala de nenhuma identidade em particular, mas põe o acento na crítica e no posicionamento político e crítico” (SAN MARTÍN apud COLLING, 2015c, p. 151).

em estado de perfeição; que elas saíram brilhantes da mão do criador”. E, por fim, a origem “seria o lugar da verdade” (Ibid., p. 22).

Foucault, ao invés de procurar a origem de determinados discursos que teriam uma relação causal, a partir de uma intenção ou determinação prévia, com acontecimentos que poderiam ser analisados em categorias prévias ou mesmo identidades pré-estabelecidas, propõe que a genealogia deve

marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos; apreender seu retorno não para traçar a curva lenta de uma evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde eles desempenharam papéis distintos; e até definir o ponto de sua lacuna, o momento em que eles não aconteceram (Platão em Siracusa não se transformou em Maomé).

A genealogia exige, portanto, a minúcia do saber, um grande número de materiais acumulados, exige paciência. Ela deve construir seus “monumentos ciclópicos” não a golpes de “grandes erros benfazejos” mas de “pequenas verdades inaparentes estabelecidas por um método severo”. Em suma, uma certa obstinação na erudição. A genealogia não se opõe à história como a visão ativa e profunda do filósofo ao olhar de toupeira do cientista; ela se opõe, ao contrário, ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias. (Ibid., p. 23)

A proveniência (*Herkunft*) e a emergência (*Entstehung*), continua Foucault, são objetos próprios da genealogia. Mas a primeira também não deve ter como proposta a busca de características que permitiriam identificar um indivíduo, por exemplo, pela sua raça, grupo ou tradição. A proveniência, ao contrário, deve “descobrir todas as marcas sutis, singulares, subindividuais que podem entrecruzar nele e formar uma rede difícil de desembaraçar; longe de ser uma categoria de semelhança, tal origem permite ordenar, para colocá-las à parte, todas as marcas diferentes” (Ibid., loc. cit.). E continua: “A pesquisa da proveniência não funda, muito pelo contrário: ela agita o que se percebia imóvel, ela fragmenta o que se pensava unido”. E nessa pesquisa o corpo assume uma centralidade:

O corpo – e tudo o que diz respeito ao corpo, a alimentação, o clima, o solo – é o lugar da *Herkunft*: sobre o corpo se encontra o estigma dos



acontecimentos passados do mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros nele também eles se atam e de repente se exprimem, mas nele também eles se desatam, entram em luta, se apagam uns aos outros e continuam seu insuperável conflito.

O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marca e as ideias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência, está portanto no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo. (Ibid., p. 24, grifos do autor)

Já a emergência (*Entstehung*) constitui o princípio e a lei singular de um aparecimento. Mas cuidado:

Do mesmo modo que se tenta muito frequentemente procurar a proveniência em uma continuidade sem interrupção, também seria errado dar conta da emergência pelo termo final. [...] A emergência se produz sempre em um determinado estado das forças. A análise da *Herkunft* deve mostrar seu jogo, a maneira como elas lutam umas contra as outras, ou seu combate frente a circunstâncias adversas, ou ainda a tentativa que elas fazem – se dividindo – para escapar da degenerescência e recobrar o vigor a partir de seu próprio enfraquecimento. [...] A emergência é, portanto, a entrada em cena das forças; é sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e sua própria juventude. [...] Ninguém é portanto responsável por uma emergência; ninguém pode se autoglorificar por ela; ela sempre se produz no interstício. (Ibid., p. 25)

Então quais foram as condições de emergência desses contradiscursos das dissidências sexuais e de gêneros via manifestações de artistas do Brasil nos últimos anos? Ainda, antes disso, o que é ativismo? Raposo (2015, p. 4) assim define:

Ativismo é um neologismo conceptual ainda de instável consensualidade quer no campo das ciências sociais, quer no campo das artes. Apela a ligações, tão clássicas como prolixas e polémicas entre arte e política, e estimula os destinos potenciais da arte enquanto ato de resistência e subversão. Pode ser encontrado em intervenções sociais e políticas, produzidas por pessoas ou coletivos, através de estratégias poéticas e performativas [...]. A sua natureza estética e simbólica amplifica, sensibiliza,

reflete e interroga temas e situações num dado contexto histórico e social, visando a mudança ou a resistência. Ativismo consolida-se assim como causa e reivindicação social e simultaneamente como ruptura artística – nomeadamente, pela proposição de cenários, paisagens e ecologias alternativas de fruição, de participação e de criação artística.

E de que *boom* de ativismos dissidentes estamos falando? Irei listar apenas algumas pessoas artistas e/ou coletivos, sem descrever o que cada uma delas faz nem suas mais variadas maneiras, linguagens, estéticas, propostas. Na música, aparentemente, temos nomes que rapidamente se tornaram bem conhecidos nacionalmente, como Johnny Hooker, Liniker, Jaloo, Caio Prado, Rico Dalasam, MC Xuxu, Linn da Quebrada, As Bahias e a Cozinha Mineira, Luana Hansen, Simone Magalhães, Verónica Decide Morrer. Na cena teatral temos o Teatro Kunyn (São Paulo), As Travestidas (Fortaleza), Atelier Voador e Teatro A Queda (Salvador). Fora isso, há uma profusão de coletivos, com ênfase em performances, como O que você queer? (Belo Horizonte), Cena Queer e Afrobapho (Salvador), Anarcofunk (Rio de Janeiro), Revolta da Lâmpada (São Paulo), Selvática Ações Artísticas (Curitiba), Cabaret Drag King (Salvador), Coletivo Coiote (nômade), Seus putos (Rio de Janeiro). A lista poderia ser longa, em especial se contemplasse artistas independentes ou iniciativas como “A terça mais estranha do mundo”, que ocorre todas as semanas no bar Âncora do Marujo, em Salvador. Comandadas por Malayka SN, que se autodenomina como “estado performático soteropolitano, uma entidade *queer*, avassaladora e intempestiva”<sup>4</sup>, as terças estranhas têm se constituído como uma fábrica de “monxtrax” que realizam performances no pequeno palco do bar.

Obviamente, as relações entre arte, política e diversidade sexual e de gênero, em especial quando pensamos na história do feminismo, não são novas<sup>5</sup>. As feministas, assim como outros movimentos sociais, tal qual o movimento negro e seu teatro, sempre perceberam que as artes e os produtos culturais em geral são potentes estratégias para produzir outras subjetividades capazes de atacar a misoginia, o sexismo e o racismo.

4 Disponível em: <<https://glo.bo/2xoLoEs>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

5 Ver, por exemplo, Trizoli (2012; 2008) e Arruda e Couto (2011).



Da mesma forma, a produção artística brasileira que problematiza as normas sexuais e de gênero, naquilo que hoje poderíamos caracterizar como arte sintonizada com perspectivas *queer*, também não é absolutamente nova. Estudos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa Cultura e Sexualidade (CUS) já trataram, por exemplo, do papel do grupo Dzi Croquettes<sup>6</sup> ou do cinema de Jomard Muniz de Britto<sup>7</sup>. Outros vários exemplos poderiam ser citados, como é o caso do Teatro Oficina (São Paulo), grupo que surgiu em 1958, revolucionou a forma de fazer espetáculos no Brasil e tencionou os limites entre palco e audiência. Nos seus espetáculos, a liberdade de uso dos corpos é posta em cenas que envolvem nudez, rituais orgiásticos e críticas sociais ácidas. O grupo Vivencial Diversiones, fundado em Recife, em 1979, e Os Satyros, criado em 1990, em São Paulo, também são precursores desse ativismo das dissidências sexuais e de gênero de que tratamos aqui<sup>8</sup>.

No entanto, o que temos percebido com mais intensidade nos últimos anos é a emergência de outros coletivos e artistas que trabalham dentro de uma perspectiva das dissidências sexuais e de gênero e, ao mesmo tempo, explicitam suas intenções políticas, ou melhor, que criam e entendem as suas manifestações artísticas como formas distintas de fazer política, em especial quando contrapostas às formas mais “tradicionais” usadas pelo movimento LGBT e feminista *mainstream*.

Ao analisar o trabalho de algumas artistas, Lessa (2015) já aponta algumas diferenças entre essas produções, como uso intenso das novas tecnologias e das redes sociais; produções não voltadas para espaços fechados ou museus, mas para as ruas, festas e outros espaços públicos de sociabilidade facilmente acessados; horizontalidade das produções. Fundamentalmente, “as artistas, por meio dessas práticas, questionam o corpo, o sexo, e o modelo dessexualizado do contrato de casamento, propondo novas formas mais criativas de estar no mundo e de sentir a multiplicidade e o valor da liberdade para a vida” (Ibid., p. 222).

---

6 Ver Thürler (2015) e Cysneiros (2014).

7 Ver Sant’ana (2016).

8 Para ter acesso a uma lista de espetáculos teatrais mais ligados às perspectivas identitárias gay e lésbica, ver Moreno (2002).

Aqui a proposta não é apontar as diferenças e semelhanças entre essas produções, mas pensar as condições de emergência de discursos tão provocadores. Eis algumas dessas condições que estão absolutamente inter-relacionadas e devem ser investigadas, que aponto apenas a título de reflexão inicial:

- Após um período em que tínhamos a sensação de uma maior liberdade em relação à diversidade sexual e de gênero, gerada, em boa medida, pela maior visibilidade de questões LGBT e pelo reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo no Supremo Tribunal Federal, determinados setores, em especial religiosos, começaram a se articular para eleger as pessoas LGBT como seus principais alvos. Esses setores conseguiram barrar e acabar com determinadas políticas públicas que estavam em gestação, a exemplo do programa “Escola sem homofobia.” Uma vez articulados e com grande incidência na mídia, inclusive por meio de seus próprios canais de comunicação, assistimos ao recrudescimento de uma onda conservadora no Brasil nos últimos anos.

No entanto, Foucault (1988) nos ensinou, entre outras coisas, que a dinâmica do poder não é e nunca foi essencialmente repressiva. Com a proposta de desconstruir um forte argumento presente na obra de Freud, para quem um dos traços constitutivos da sexualidade estaria na repressão (FREUD, 2010), Foucault não pretendeu dizer que a hipótese repressiva é falsa, mas que é preciso recolocá-la dentro de uma economia geral dos discursos que coincidiu, historicamente, com interesses diversos, em especial os do capitalismo e da Igreja Católica. Foucault questionou a hipótese repressiva não apenas em relação à sexualidade, “mas em um espaço histórico e político bem mais abrangente” (BIRMAN, 2000, p. 67):

Essa hipótese estaria presente não só na psicanálise, mas também na teoria crítica que se apropriou em parte da psicanálise em algumas de suas leituras sobre a modernidade. De acordo com a hipótese repressiva, o desejo se ordenaria sempre pelo imperativo da **lei**, que produziria a repressão propriamente dita.

As reflexões de Foucault, mais do que para entender como ocorreu a emergência dos discursos e práticas em torno da polícia do sexo, são potentes,





junto com as de Deleuze, Guattari, Butler e da emergência desses artistas e coletivos artivistas, para pensarmos em como fissurar as normas repressivas. Que estratégias podem ser usadas para combater a produção de uma ciência sexual, a vigilância, a sujeição, os suplícios, o desejo mediado sempre pelo imperativo da **lei** e para dialogar com as artes eróticas e os conhecimentos produzidos a partir das heterotopias, dos cuidados de si, das escritas de si, das singularidades? As reflexões de Suely Rolnik (2011, p. 16), feitas em outro contexto e com outras intenções, também podem nos auxiliar nesse ponto. Ela explica que o que caracteriza a política de subjetivação de regimes ditatoriais, de direita ou de esquerda, é o enrijecimento

patológico do princípio identitário. A fim de se manterem no poder, não se contentam em não levar em ignorar as expressões do corpo vibrátil, ou seja, as formas culturais e existenciais engendradas numa relação viva com o outro e que desestabilizam continuamente as cartografias vigentes. [...] Destrutivamente conservador, o regime totalitário vai mais longe do que a simples desconsideração de tais expressões: empenha-se obstinadamente em desqualificá-las e humilhá-las. (Ibid., p. 27)

Não estamos exatamente em uma ditadura<sup>9</sup> e, para Rolnik, não estaríamos mais sob o regime identitário, mas naquilo que ela denomina de uma subjetividade flexível, que foi rapidamente apropriada pelo capitalismo cognitivo, “cujo objetivo é o de fazer desta potência o principal combustível de sua insaciável hipermáquina de produção e acumulação de capital” (Ibid., p. 18). A partir daí podemos fazer várias reflexões: vivenciamos um período de subjetividades flexíveis, perversamente apropriadas pelo capitalismo, ao mesmo tempo em que forças conservadoras se articulam e retomam discursos de regimes ditatoriais e, no meio desse turbilhão, determinadas pessoas reagem, tentam produzir outras mensagens que, ao mesmo tempo, também não estão necessariamente imunes à lógica do capital sobre as suas produções pretensamente desestabilizadoras e subversivas.

- O aprisionamento de boa parte do movimento LGBT à lógica estrita da identidade, do paradigma da igualdade e da aderência à

---

9 Para várias pessoas, após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o Brasil passou a estar em um “estado de exceção”. Essa é a leitura da própria ex-presidenta. Disponível em: <<https://bit.ly/2JciYSz>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

heteronormatividade. O movimento LGBT do Brasil, em que pese suas diferenças internas e em relação a outros países, também tem entre suas características algo que pode ser percebido em vários movimentos similares no exterior (COLLING, 2015c). Isso tornou o grosso do movimento LGBT bastante normatizado, comportado (Id., 2013a). Ora, se não há espaço no movimento, as pessoas encontram outras formas de fazer política com os instrumentos mais próximos de suas vidas.

De forma muito resumida, as políticas geradas em torno do paradigma da igualdade e da afirmação das identidades levadas a cabo por parte significativa do movimento LGBT, via de regra, trabalham com as seguintes ideias: (1) apostam quase que exclusivamente na conquista de marcos legais, em especial do matrimônio ou de outras leis e normativas; (2) possuem poucas ações que combatam os preconceitos e as discriminações por meio do campo da cultura; (3) explicam a sexualidade e as identidades de gênero dentro de uma perspectiva que, a rigor, flerta ou adere com a ideia de que há apenas dois gêneros (masculino e feminino) e de que tanto os gêneros quanto as orientações sexuais são “naturais” ou até gerados por componentes biológicos/genéticos; (4) através da afirmação das identidades, forçam todas as pessoas não heterossexuais a se enquadrarem em uma das identidades da sigla LGBT; (5) consideram que, para conquistar direitos, as pessoas LGBT precisam criar uma “representação respeitável”, uma “boa imagem”, o que significa, no final das contas, uma aderência à heteronormatividade.

Enquanto isso, esses artistas e coletivos artistas das dissidências sexuais e de gêneros trabalham de formas diferenciadas. Eis algumas das suas características, similares ao que encontramos em coletivos de outros países (COLLING, 2015c): (1) priorizam as estratégias políticas através do campo da cultura, em especial através de produtos culturais, pois os/as ativistas entendem que os preconceitos nascem na cultura e que a estratégia da sensibilização via manifestações culturais é mais produtiva; (2) criticam a aposta exclusiva nas propostas dos marcos legais, em especial quando essas estratégias e marcos reforçam normas ou instituições consideradas disciplinadoras das sexualidades e dos gêneros; (3) explicam as sexualidades e os gêneros para além dos binarismos, com duras críticas às perspectivas



biologizantes, genéticas e naturalizantes; (4) entendem que as identidades são fluidas e que novas identidades são e podem ser criadas, recriadas e subvertidas permanentemente; (5) rejeitam a ideia de que, para serem respeitadas ou terem direitos, as pessoas devam abdicar de suas singularidades em nome de uma “imagem respeitável” perante a sociedade.

- O espantoso crescimento dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil, em especial os situados nos estudos *queer* e nas dissidências sexuais e de gênero, também pode ter colaborado para a grande profusão desse ativismo. O crescimento dos estudos também acompanha a ampliação da própria universidade no Brasil, o que ocorreu com grande intensidade a partir do primeiro governo Lula, iniciado em 2003. Em um texto anterior, escrito no início de 2014 (COLLING, 2015a), apresentei dados desse crescimento e defendi que ele não gerou grandes impactos no modo como o movimento LGBT *mainstream* explica as sexualidades e os gêneros, tampouco em suas políticas. No entanto, aquele ensaio não apontava o argumento geral que apresento aqui. Se, de um lado, a influência desse crescimento parece pífia no grosso do movimento LGBT, o mesmo não pode ser dito para esse impressionante surgimento de uma vasta e diversa cena cultural artista dissidente, que é acolhida e participa ativamente de eventos como o Seminário Internacional Desfazendo Gênero que, em 2015, na Universidade Federal da Bahia, reuniu cerca de duas mil pessoas. No Desfazendo Gênero, ao contrário do que ocorre em muitos outros eventos da área das humanidades, a produção artística ativista não aparece apenas para momentos lúdicos e festivos. Ela é entendida, assim como na área das artes, como produtora de saber tal qual as demais formas de produção de conhecimento mais consolidadas e respeitadas no ambiente acadêmico.
- A ampliação do acesso às novas tecnologias e a massificação das redes sociais certamente constituem outro fato importante para pensarmos nas condições de emergência desses ativismos dissidentes. É através das redes que as pessoas conseguem se conectar umas com as outras, divulgando suas produções e ações – tudo

com um custo bastante reduzido, mas também com muitos problemas de censura em função das preconceituosas regras de redes sociais, em especial do Facebook.

- A ampliação da temática LGBT na mídia em geral, em especial em telenovelas, filmes e programas de televisão, também gerou, se não condições de emergência para esses ativismos, pelo menos munição para se contrapor ao que a grande mídia pensa e divulga como uma “boa imagem” para mulheres e pessoas LGBT. Se a imprensa defende a ideia de que a mulher ideal é aquela “bela, recatada e do lar” ou se a telenovela prioriza personagens gays ou lésbicas que aderem totalmente à heteronorma (COLLING, 2013b), as pessoas e coletivos artistas trabalham no sentido de problematizar e desconstruir essas representações;
- Por fim, uma última questão não menos importante. Nos últimos anos, assistimos à emergência de diversas identidades trans e de pessoas que se identificam como não binárias em nosso país. Além disso, a fexação, a não adequação às normas (corporais e comportamentais) de meninos afeminados, mulheres lésbicas masculinizadas e de outras várias expressões identitárias flexíveis, provocaram a abertura do fluxo identitário antes mais rígido.

Ao germinarem rizomaticamente pelo país, esses ativismos dissidentes impactaram e ainda vão impactar muito mais em nossas políticas do desejo. Mas o que seriam as políticas do desejo? Essa pergunta, de difícil resposta, paira sobre a proposta geral deste texto. Para esboçar algumas tentativas, é possível acionar Foucault (1988), Deleuze e Guattari (2004) e Butler (2003).

A produção de Deleuze e Guattari nos ajuda a pensar muito sobre essa pergunta e a formular outras. Teóricos do desejo, logo nas primeiras páginas de sua obra seminal contra-atacam uma concepção de desejo baseada na falta:

Em suma, quando se reduz a produção desejante a uma produção de fantasmas, temos que nos limitar a tirar todas as consequências do princípio idealista que define o desejo como uma falta, e não como uma produção, produção “industrial”. (Deleuze; Guattari, 2004, p. 30)



Contra qualquer tentativa de reduzir ou explicar a produção do desejo através de “máquina apenas teatral” à *la* complexo de Édipo, ambos evidenciam (portanto, não se trata de uma idealização ou algo para o futuro) como os nossos desejos são maquinalmente produzidos por máquinas binárias, celibatárias. Se falta algo ao desejo é o sujeito desejante sem sujeito fixo, pois “é sempre a repressão que cria o sujeito fixo” (Ibid., p. 31). Se máquina desejante deseja dessas formas, quais são as outras formas existentes ou possíveis? O desejo é completamente aprisionado? Para Deleuze (1992, p. 30), “não há revolução conforme aos interesses das classes oprimidas se o desejo mesmo não tiver tomado uma posição revolucionária mobilizando as próprias formações do inconsciente”.

E o que é possível para produzirmos outras subjetividades? É fazer a máquina desejante do *status quo* entrar em parafuso ao invés de se apaixonar por ela perdidamente, como podemos perceber até em quem é por ela subalternizado.

O que ameaça eternamente os aparelhos revolucionários é elaborarem uma concepção puritana dos interesses, e que sempre são realizados apenas em favor de uma fração da classe oprimida, de tal modo que essa fração reproduz uma casta e uma hierarquia totalmente opressivas. Quanto mais se sobe numa hierarquia, mesmo pseudo-revolucionária, menos possível se torna a expressão do desejo (em compensação, ela aparece nas organizações de base, por mais deformada que seja. A esse fascismo do poder, nós contrapomos as linhas de fuga ativas e positivas, porque essas linhas conduzem ao desejo, às máquinas do desejo e à organização de um campo social do desejo: não se trata de cada um fugir “pessoalmente,” mas de fazer fugir, como quando se arrebenta um cano ou um abscesso. Fazer passar fluxos, sob os códigos sociais que os querem canalizar, barrar. (Deleuze, 1992, p. 30)

Butler (2003) deseja criticamente, com Foucault, Deleuze e Guattari, e se apropria dessas reflexões sobre as potências dos desejos na sua já clássica reflexão sobre a linha coerente entre sexo, gênero, desejo e prática sexual. Ela defende que a sociedade em geral instituiu uma norma que exige que todas as pessoas sigam essa linha de forma tida como coerente. Suas reflexões mais conhecidas estão em torno da tese de que, se alguém possui determinada genitália (sexo), a norma logo o decodifica de forma binária e o

associa diretamente a uma determinada identidade de gênero. Por isso o sexo é sempre generificado, e não podemos trabalhar com a ideia de que o sexo seria algo puramente do campo da natureza, do “biológico”, enquanto o gênero seria algo puramente do campo da cultura.

As pessoas que leram e usam a obra de Butler (Ibid.), no entanto, parecem menos preocupadas com suas reflexões sobre a continuidade dessa linha na parte correspondente a desejo e prática sexual. E aí reside, penso eu, uma das suas mais valiosas colaborações. Por quê? Porque o desejo, por mais que se tente, é o que mais escapa às normas, e é através dele que as linhas de fuga se revelam absurdamente potentes e variadas. Enquanto a medicina e as normas sociais tentam, com razoável grau de sucesso, exercer controle sobre os sexos, os gêneros e também sobre as nossas práticas sexuais, Butler pergunta: se estamos falando eminentemente de subjetividades, o que nos garante que um sexo considerado heterossexual é mesmo, no plano do desejo, heterossexual? Em outras palavras: se um homem projeta em uma mulher outro homem e transa com ela, no plano do desejo esse sexo é heterossexual, homossexual ou até mesmo bissexual? Quem pode dizer que controla os desejos de alguém, sejam eles de ordem estritamente sexual ou não?

Assim, esses ativismos emergentes no país nos últimos anos trabalham no sentido de liberar o fluxo desejante, pois as pessoas neles envolvidas sabem muito bem que a “a seleção do desejo projeta o desaparecimento de grande parte do mundo” (DOMENECK, 2007, p. 28).

## Referências bibliográficas

- ARRUDA, L. A.; COUTO, M. F. M. Ativismo artístico: engajamento político e questões de gênero político e questões de gênero na obra de Barbara Kruger. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 389-402, 2011.
- BIRMAN, J. **Entre cuidado e saber de si**. Sobre Foucault e a psicanálise. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COLLING, L. A igualdade não faz o meu gênero – em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. **Contemporânea**, São Carlos, v. 3, n. 2, p. 405-428, 2013a.



- \_\_\_\_\_. Mais visíveis e mais heteronormativos: a performatividade de gênero das personagens não heterossexuais nas telenovelas da Rede Globo. In: COLLING, L.; THÜRLER, D. (Orgs.). **Estudos e políticas do CUS**: grupo de pesquisa Cultura e Sexualidade. Salvador: Edufba, 2013b. p. 87-110.
- \_\_\_\_\_. Muita produção e pouca influência: o conhecimento sobre diversidade sexual e de gênero e seus impactos no Brasil. In: SEFFNER, F.; CAETANO, M. (Orgs.). **Cenas latino-americanas da diversidade sexual e de gênero**: práticas, pedagogias e políticas públicas. Rio Grande: Ed. da Furg, 2015a. p. 123-136.
- \_\_\_\_\_. Quatro dicas preliminares para transar a genealogia do queer no Brasil. In: BENTO, B.; FÉLIX-SILVA, A. V. **Desfazendo gênero**: subjetividade, cidadania, transfeminismo. Natal: EDUFRN, 2015b. p. 223-242.
- \_\_\_\_\_. **Que os outros sejam o normal**: tensões entre movimento LGBT e ativismo *queer*. Salvador: Edufba, 2015c.
- CYSNEIROS, A. B. **Da transgressão confinada às novas possibilidades de subjetivação**: resgate e atualização do legado Dzi a partir do documentário “Dzi Croquettes”. 2014. 114 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- DELEUZE, G. Entrevista sobre O anti-édipo (com Félix Guattari). In: **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992. p. 23-36.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-édipo**. Capitalismo e esquizofrenia 1. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.
- DOMENECK, R. **a cadela sem Logos**. São Paulo: Cosac Naify; Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- FREUD, S. O mal-estar na civilização (1930). In: **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 13-123.
- LESSA, P. Visibilidades y ocupaciones artísticas en territorios físicos y digitales. In: PADRÓS, N.; COLLELLDEMONT, E; SOLER, J. (Eds.). **Actas del XVIII Coloquio de Historia de la educación**: arte, literatura y educación. Vic: Eumogràfic, 2015. v. 1. p. 211-224.
- MORENO, N. A máscara alegre: contribuições da cena gay para o teatro brasileiro. **Sala Preta**, São Paulo, v. 2, p. 310-317, 2002.
- RAPOSO, P. “Artivismo”: articulando dissidências, criando insurgências. **Cadernos de Arte e Antropologia**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 3-12, 2015.
- ROLNIK, S. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

- SANT'ANA, T. S. **Outras cenas do queer à brasileira**: o grito gongadeiro de Jomard Muniz de Britto no cinema da Recinfernália. 2016. 124 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- THURLER, D. O que se aprende com um teatro de abjeções: um manifesto em encruzilhadas. In: BENTO, B.; FÉLIX-SILVA, A. V. (Orgs.). **Desfazendo gênero**: subjetividade, cidadania, transfeminismo. Natal: EDUFRN, 2015. p. 201-220.
- TRIZOLI, T. Crítica de arte e feminismo no Brasil dos anos 60 e 70. In: MONTEIRO, R. H.; ROCHA, C. (Orgs.). **Anais do V Seminário Nacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual**. Goiânia: UFG/FAV, 2012. p. 410-423.
- \_\_\_\_\_. O feminismo e a arte contemporânea – considerações. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 17., 2008, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPAP/UDESC, 2008.

Recebido em 26/03/2018

Aprovado em 16/05/2018

Publicado em 29/06/2018

